

Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Na avaliação das instituições, o SINAES considera as seguintes dimensões:

1. Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – análise do projeto e/ou missão institucional, considerando sua finalidade, compromissos, vocação e inserção regional e/ou nacional. Inclui o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).
2. Política para o ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão, e suas formas de operacionalização, especialmente quanto à:
 - concepção curricular e organização didático-pedagógica;
 - coerência das práticas de investigação com a missão institucional;
 - impacto das atividades de extensão na comunidade e na formação dos estudantes.

São considerados os estímulos à produção acadêmica, bolsas de pesquisa e monitoria, políticas de formação acadêmico-científica, profissional e cidadã, iniciativas de construção e disseminação do conhecimento, articulação entre ensino e pesquisa, grupos de pesquisa e projetos de extensão.

3. Projetos de responsabilidade social, com foco em ações que promovam:
 - inclusão social;
 - desenvolvimento econômico e social por meio da interação com a sociedade;
 - formação de cidadãos comprometidos com a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Avalia-se o compromisso da instituição com a educação como bem público e sua atuação como expressão de uma sociedade democrática, plural e solidária.

4. Comunicação com a sociedade – análise das estratégias de aproximação entre a IES e a comunidade, de modo que a sociedade participe ativamente da vida acadêmica, e a instituição contribua para a melhoria das condições de vida ao compartilhar o conhecimento que produz.
5. Políticas de pessoal, carreiras e condições de trabalho do corpo docente e técnico-administrativo – avaliação das políticas e programas de formação, capacitação e valorização dos profissionais, articulados com planos de carreira adequados às responsabilidades desempenhadas e às condições de trabalho.
6. Organização e gestão institucional, com foco na representatividade e funcionamento dos colegiados, sua autonomia frente à mantenedora e a participação democrática da comunidade acadêmica nos processos decisórios.

7. Infraestrutura física, com ênfase nos espaços destinados ao ensino, pesquisa, bibliotecas, recursos de informação e comunicação, e no acesso de docentes e estudantes às informações necessárias à atividade acadêmica.
8. Planejamento e avaliação institucional, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação – entende-se o planejamento e a avaliação como instrumentos integrados e contínuos, fundamentais à gestão educacional e ao desenvolvimento institucional, a partir da identificação de fragilidades, potencialidades e vocações.
9. Políticas de atendimento aos estudantes e acompanhamento de egressos – análise das estratégias de integração dos estudantes à vida acadêmica, programas de qualidade de vida estudantil e ações de formação continuada voltadas aos egressos.
10. Sustentabilidade financeira, considerando o compromisso social da oferta educacional – avaliação da capacidade de gestão e administração orçamentária, bem como das políticas e estratégias de captação e uso eficaz dos recursos financeiros, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços educacionais.